

O Despertar do Dragão

O Nascimento e Apogeu do Imperialismo Chinês

4. O Confronto USA-China no Brasil

Dragon Awakening
The Birth and Heyday of Chinese Imperialism
4. The USA-China Confrontation in Brazil

Dr. Mario Maestri

Resumo: O artigo discute o caráter patológico dos investimentos de capitais chineses no Brasil. Aborda os objetivos do imperialismo estadunidense com o golpe de 2016, entre eles, barrar a penetração dos interesses chineses no país. Analisa a subserviência do governo Bolsonaro ao governo USA, com destaque para os ataques à China, e a oposição à sinofobia na base de sustentação do governo, com destaque para o vice-presidente. Destaca a Huawei como grande foco da disputa, com o fortalecimento relativo da China nos últimos tempos, no contexto da hegemonia yankee no Brasil. Analisa os apoios políticos, econômicos, ideológicos, etc. chineses no Brasil. Conclui com a proposta de oposição à ofensiva anti-chinesa internacional e nacional, sem complacência para com o agir do capital chinês no país.

Palavras chaves: Investimentos chineses no Brasil; Embate USA-China no Brasil; Confronto USA-China.

Abstract: The article discusses the pathological character of Chinese capital investments in Brazil. It addresses the objectives of US imperialism with the 2016 *coup*, among them, to bar the penetration of Chinese interests in the country. It analyzes the Bolsonaro government's subservience to the US government, highlighting the attacks on China, and the opposition to synophobia in the government's support base, calling attention to the vice president. It also highlights Huawei as the main focus of the dispute, with the relative strengthening of China in recent times, in the context of Yankee hegemony in Brazil. Political, economic, ideological support, etc. Chinese in Brazil is also analyzed. The paper concludes with the proposal to oppose the international and national anti-Chinese offensive, especially by the USA, without complacency towards the action of Chinese capital in Brazil

Keywords: Chinese investments in Brazil; USA-China clash in Brazil; USA-China confrontation.

1. O Avanço do Capital Monopólico Chinês no Brasil

O golpe *institucional* de 2016, organizado na administração Obama (2009-2017), objetivava fazer o Brasil evoluir de seu *status* semi-colonial para *status* neo-colonial globalizado, onde as grandes decisões econômicas, como no passado, e agora também as políticas, são tomadas pelo imperialismo *yankee*, através sobretudo de seus *players* nacionais, com destaque para o alto comando das forças armadas de terra e o parlamento. Para tal, acelerou-se a transformação do país em mero produtor de grãos, de minérios, de energia e de mercadorias de baixo valor agregado. Nesse processo, empreendeu-se a destruição-privatização do pouco capital nacional monopólico público e privado nacional —grandes empreiteiras, JBS, Petrobras, Banco do Brasil, Embraer, etc. Esse movimento tinha igualmente como objetivo abrir novos mercados para as empresas estadunidenses, ocupados anteriormente no Brasil e no exterior por grandes companhias nacionais. (MAESTRI, 2020.)

O controle político eminente do país pelo imperialismo estadunidense, através das inevitáveis e não raro contraditórias mediações nacionais, permitiria —e permite— dificultar e

impedir administrativa e institucionalmente o ingresso do capital chinês, sobretudo quanto às compras e investimentos estratégicos, onerando-se, se possível, as aquisições de matérias primas, mesmo em detrimento dos interesses dos capitais nacionais e estrangeiros investidos no país, como o agronegócio, as grandes mineradoras, etc. (MAESTRI, 3. Despertar, 2021.) Em 2018, o candidato Jair Bolsonaro alardeou que a "China não compra no Brasil. A China está comprando o Brasil". Em março daquele ano, ele e seus rebentos visitaram Taiwan, para desagrado do governo chinês. Esses movimentos eram realizados para alinhar Bolsonaro como candidato, ao menos aceito, se não impulsionado, pelo imperialismo ianque. (BBC NEWS, 23/10/2019; FSP, 5/11/2018.) Após as eleições de outubro-novembro de 2018, o segundo presidente golpista, seus ministros ideológicos de choque e seus filhos —os trogloditas 01, 02 e 03— seguiram em sua *sinofobia*, causando problemas diplomáticos com a China e procurando entravar os investimentos desse país.

Não havia erro na avaliação de Bolsonaro sobre o avanço acelerado do grande capital chinês no Brasil. Entretanto, a indignação do futuro segundo presidente golpista não tinha qualquer viés de defesa nacionalista. Ele *reproduzia* a indignação do imperialismo estadunidense que perdia posições e chegava a ser ultrapassado, em alguma rubricas, quando da ofensiva econômica nessa estratégica região do mundo pelo grande capital chinês. Bolsonaro punha-se simplesmente em forma servil sob as ordens estadunidense em confronto de dois cães famintos lutando pelo suculento osso que constitui hoje esse cada vez mais triste canto do mundo que já foi, nos idos dos tempos da dita descoberta, chamado de Terra dos Papagaios.

Avanço Avassalador

No Brasil, analistas destacam, *ad nauseam*, com verdadeiro orgulho nacional, o avassalador avanço da República Popular da China como primeiro destino das exportações brasileiras. Em 2000, a China era apenas o 12º destino das exportações brasileiras, recebendo do Brasil em torno de um bilhão de dólares em mercadorias. A partir de 2004, quando da primeira administração federal petista (2002-2005), as exportações despegaram, avolumando-se em 2011, para, após estabilização e regressão relativa, literalmente explodirem, alcançando 67,7 bilhões de dólares em 2020. Durante esses anos, os USA, primeiro destino dos embarques do Brasil, com, em 2000, em torno aos 15 bilhões de dólares comprados do Brasil, mantiveram-se importando, anualmente, grosso modo, em torno aos 20 bilhões, com 24,5 bilhões em 2020, já superados, nesse ano, pelas exportações brasileiras para a União Européia — 28,3 bilhões. Somados, União Européia, USA e Argentina perfazem apenas 86,3% das exportações nacionais brasileiras para a China. Em 2020, 48% dos envios do Brasil para o exterior partiram com aquele destino, enquanto apenas 10% destinaram-se aos Estados Unidos. Essa enorme dependência a um só comprador agrava-se fortemente pelo perfil das exportações enviadas à China. Em 2020, 82% das exportações brasileiras constituíam-se de matérias-primas. Apenas a soja, o minério de ferro e o petróleo representavam 75% das mercadorias

despachadas. Uma realidade que se manteve imutável desde o ano 2000. (CARIELLO, 2021, p. 11-12.)

Ao contrário das exportações para a China, os investimentos diretos de capitais chineses no Brasil têm recebido muito menos destaque pelos analistas, sobretudo no que se refere ao seu volume e perfil, igualmente de sentidos fortemente patológicos, assim como a restrita pauta de exportação de produtos primários destinados ao *Império do Meio*. O despertar do interesse do capital monopólico chinês pelo Brasil deu-se, em torno de 2002-2004, no início da primeira administração federal petista, poucos anos após o início do despegar das exportações nacionais para a China. A partir daqueles anos, esse interesse não deixou de crescer tendencialmente. Tratou-se de um movimento súbito, quase explosivo, com recuos e flutuações relativas, nos anos seguintes. De 2007 a 2009, os investimentos chineses não superaram os 500 milhões de dólares. Em 2010, verdadeiro ano da “Descoberta chinesa do Brasil”, efetuaram-se investimentos no valor de US\$ 13 bilhões, efetivados através de 12 “projetos”. O país vivia então sob o terceiro governo petista (2011-2014), quando da primeira administração de Dilma Rousseff. A partir de 2011, haveria uma maior moderação, alcançando-se um mínimo de chegada de capitais em 2014, com 1,7 bilhões de dólares em investimentos, que voltariam a crescer significativamente de 2015 a 2017, com recuo relativo em 2018 (3,3 bi) e retomada em 2019 - 7,3 bilhões de dólares. Em 2020, o ano de início da Pandemia, os investimentos foram de apenas 1,9 bilhões. (CARIELLO, 2021, p. 2010-14.)

No total, nos últimos quatorze anos, o grande capital chinês teria investido no Brasil em torno de 66,1 bilhões de dólares, através de 176 “empreendimentos” concretizados. Esses aportes perfazem em torno de 47% das aplicações totais chinesas na América do Sul no período em questão — 147 bilhões de dólares. Esse movimento súbito e acelerado ensejou que a China se transformasse no segundo “principal investidor, em termo de estoque, entre 2003 e o terceiro semestre de 2019”, abocanhando 30,9% dos investimentos realizados no Brasil, apenas 0,3% atrás dos USA. (CARIELLO, 2021, p. 10, 17 *et pas.*) Ou seja, uma diferença sem significado real, não apenas devido às possibilidades de erros estatísticos. Dados que indicam que se realiza atualmente um virtual assalto do capital monopólico chinês, em repetição do *desembarque* no Brasil praticado pelos capitais USA, alemães, holandeses, japoneses, etc., que precederam de longos anos a China.

Fusões e aquisições, *joint ventures*, *greenfields*

A ação do capital monopólico chinês é deletéria, em relação aos interesses nacionais brasileiros, no que diz respeito ao volume, à natureza, à concentração, etc. desses investimentos. Os investimentos externos de capitais se dão sob a forma de fusões e aquisições; *joint ventures* e os chamados *greenfields*. As fusões são associação de capitais externos e internos no país em questão e as aquisições, a compra, pelos primeiros de empreendimentos nacionais. As *joint ventures* são associação de capitais externo e internos para lançar empreendimentos *nacionais*

conjuntos. E, finalmente, as *greenfields* são o estabelecimento de novos empreendimentos pelo capital externo em uma nação. Vejamos os dados para o Brasil. Dos 66,1 bilhões de dólares chineses que entraram no país, 46,3 bilhões — 70% — foram através de fusões ou aquisições. Os empreendimentos *greenfiels* foram responsáveis por 24% e as *joints ventures*, apenas por 6%. (CARIELLO, 2021, p. 11, 29, *et pas.*) Portanto, a grosso modo, tratou-se de mera transferência de propriedade de empresas públicas ou privadas nacionais, com controle nacional ou não, para o domínio do capital monopólico chinês. Parte da radical desnacionalização e internacionalização da economia nacional brasileira. A compra e controle de empresas constituídas e rentáveis, a baixo preço, é o padrão imperialista preferido sobretudo quando de loteamento de um país, como ocorre há décadas no Brasil. Realidade impulsionada igualmente pelas administrações federais passadas, inclusive as petistas. (GONÇALVES, 2011.)

No Brasil, são abundantes as declarações piedosas, ingênuas ou interessadas sobre a exportação dos capitais chineses para o Brasil e o mundo, abraçando as teses de uma “comunidade de destinos compartilhados”. (JABBOUR & DANTAS, 2021, 24 *et seq.*) A China pratica, no *atacado*, o padrão clássico de investimento do capital monopólico imperialista, ao igual que o Japão, a Holanda, a Suécia, a Alemanha, etc. Mas vejamos o perfil desses investimentos no Brasil. Quanto à sua *qualidade*, os investimentos chineses dão-se sobretudo com aportes unitários vultuosos, em empresas estratégicas instaladas de alta rentabilidade. Ou seja, trata-se de meras transferências de controle das empresas em questão. Realidade agravada no caso chinês pelo fato de que 82% dos investimentos foram feitos por apenas dezesseis das chamadas “estatais centrais” do *Império do Meio*. Essas últimas, nos explica Túlio Cariello, em quem temos nos apoiado nessa introdução, são “empresas (estatais) estratégicas para o governo chinês e subordinadas ao Conselho de Estado, uma das mais altas instâncias do aparato político do país asiático”. Todas essas empresas se encontram sob a direção da Comissão de Supervisão e Administração de Ativos Estatais da China, com cem mega-empresas estratégicas subordinadas ao Conselho de Estado. O número reduzido desses investimos, 39% do total, feitos por empresas estatais chinesas, se destaca pelo seu caráter vultuoso quanto ao valor total dos mesmos (82% do valor dos investimentos). (CARIELLO, 2021, p. 11.) Não se trata de inversões privadas externas de controle atomizado, mas de vultuosas aquisições centralizadas pelo governo chinês. Não haveria incorreção na denúncia do imperialismo chinês estar comprando uma importante parte do Brasil, olímpicamente despreocupada com a sua sorte.

De 2007 a 2020, 48% dos mega-investimentos chineses se concentraram no “setor de energia elétrica –(...), seguido por extração de petróleo e gás (28%), extração de minerais metálicos (7%), indústria manufatureira (6%), obras de infraestrutura (5%), agricultura, pecuária e serviços relacionados (3%) e atividades de serviços financeiros (2%).” Os

investimentos em indústrias manufatureiras, infraestruturas, agricultura, serviços financeiros, etc. são fortemente minoritários. As grandes empresas públicas chinesas, com destaque para a estatais *State Grid* e *China Three Gorges*, com as macro-decisões tomadas em Pequim, controlam hoje o “equivalente a 10% do total nacional” de energia. Ou seja, centenas de milhões de dólares, arrancados aos consumidores brasileiros, tomam hoje o rumo da China, sob orientações decididas em Pequim pelo governo central. Outra questão importantíssima para a autonomia nacional brasileira que passa comumente despercebida — ou é escamoteada— é que os investimentos chineses cobrem hoje 23 dos 27 estados da federação, com destaque para São Paulo, 31%, Minas Gerais, 8%, Bahia, 7,1%, Rio de Janeiro, 6,7%, Goiás, 5,4%, Pará, 4,6%. Assim sendo, o capital chinês aplicado no Brasil, com centro de decisão centralizado na China, possui uma capacidade de interferência econômica e política espalhada através de praticamente todo o país. Salvo engano, não há estimativas mais detalhada da repercussão dos investimentos chineses no relativo ao emprego — Tulio Cariello propõe que eles teriam produzido em torno de 35 mil empregos — o que equivaleria a 1.9 milhões de dólares por cada emprego produzido! E, nessa pequena expansão do emprego devermos agregar os despedimentos devido às privatizações e ao empobrecimento nacional pela exportação de dividendos, royalties, etc. Também o imperialismo chinês é vetor de produção da miséria nacional. (CARIELLO, 2021, p.10 *et pas.*).

O Ataque direto USA à China

Em 2016, Donald Trump, vencendo as eleições estadunidenses, iniciava o assédio estadunidense direto e duro ao Estado e à economia chinesa. (MAESTRI, Despertar, 3, 2021.) A partir de 2017, o governo central chinês passou a regulamentar os investimentos exteriores, destacando e apoiando os que interessam ao país e primam pela segurança; restringindo os menos seguros e pouco estratégicos e literalmente proibindo os que considerava tóxicos, como cassinos, etc. O que fez recuar a expansão dos investimentos chineses no mundo, entre eles, os destinados aos USA e à União Européia. Mantiveram-se, entretanto, sem grandes variações os Investimentos Diretos Estrangeiros —IDE— relativos à América Latina e expandiram-se os que diziam respeito ao Cinturão-Rota. Nesse panorama geral, em 2020, ano da Pandemia, houve regressão em 35% dos investimentos externos mundiais, com um valor total em torno de um trilhão de dólares. A regressão dos investimentos exteriores chineses naquele ano foi de 0,4% e os capitais mundiais investidos na China cresceram em 5,7%, alcançando 149 bilhões de dólares, muito próximo aos 156 bilhões que aportaram nos USA, com queda em torno de 40%! Em 1916, o ingresso de capitais nos USA havia alcançado 450 bilhões de dólares, o que dimensiona a regressão, em relação a 2020. Avançaram igualmente os investimentos mundiais na Região Administrativa de Hong Kong. (CARIELLO, 2021, p. 62.)

Ao igual que através do mundo, o imperialismo estadunidense e seus aliados-clientes também têm-se encontrado, nos últimos anos, em regressão relativa, diante da China, na disputa no Brasil, que vem conhecendo voraz processo de alienação de suas indústria e recursos. O golpe de 2016 foi organizado pelo imperialismo estadunidense, como movimento de superação das transformações patológicas conhecidas pelo Brasil nos últimos quarenta anos, com destaque para a desindustrialização, desnacionalização, internacionalização, reprimarização das exportações, dependência tecnológica, etc. da economia nacional, como proposto. O golpe objetivava —e tem posto em prática— salto de qualidade nas instituições nacionais que ensejasse a metamorfose do país de seu tradicional *status* semi-colonial a *status* que podemos definir como neo-colonial globalizado. Um processo que o imperialismo avança, em forma descompassada, através do mundo.

Nos países semi-coloniais, as classes dominantes nacionais mantêm a autonomia relativa sobre a gestão política enquanto o controle superior da economia é exercido pelo grande capital internacional. O nível de dependência semi-colonial esteve sempre relacionado com avanço ou recuo da autonomia nacional. No Brasil, os dois momentos de regressão relativa da dependência semi-colonial deram-se, paradoxalmente, durante a Era Getulista (1930-45; 1950-54); e durante parte da Ditadura Militar, de (1967-85). Naquelas duas situações, o movimento de autonomia tendencial se frustrou e regrediu porque a burguesia industrial brasileira, então hegemônica, se negou a dirigir um rompimento com o imperialismo, mesmo no contexto da ordem burguesa, aceitando o seu tacão. (MAESTRI, 2020, p. 105 *et seq.*). No novo *status* neo-colonial globalizado, realiza-se um verdadeiro retorno ao passado, no contexto da hegemonia do grande capital globalizado. Agora, aprofunda-se a dependência econômica e as grandes decisões políticas escapam fortemente das mãos das classes dominantes nacionais para as do grande capital internacional.

Os gestores nacionais do golpe de 2016 foram a alta oficialidade do Exército; a grande Justiça; a grande mídia; deputados, senadores, etc. já comprometidos com interesses pessoais e singulares e indiferentes à qualquer imperativo nacional. Esse movimento contou com a colaboração de fato de uma oposição colaboracionista que, apeada do governo federal e de muitas posições conquistadas —governos estaduais, parlamento, etc.— tudo tem feito para retomar-acrescer sua participação na gestão do Estado, mesmo que fosse no essencial formal e tivesse que obedecer às determinações estratégicas da nova ordem em instauração. Um projeto que tende a se concretizar, em grau variável, com as eleições de 2022, no contexto de uma nação arrasada e submetida, vença candidato da “primeira”, da “segunda” ou da “terceira” “via”.

O sonho dourado atual da oposição colaboracionista é a eleição de Lula da Silva ao seu terceiro mandato, em 2022, mesmo como veículo da institucionalização da ordem golpista separada de suas extravagâncias. Já se propõe sua impossibilidade, no caso de vitória, de qualquer modificações estruturais, de necessária convivência com o conservadorismo e o grande capital, etc.,

tudo no contexto da democratização do *novo normal*. Em qualquer caso, o petismo *venceria* as eleições de 2022, ao retomar uma hegemonia indiscutida sobre os partidos ditos de esquerda e o movimento social. Importantes segmentos da esquerda que se reivindicam do marxismo mergulharam igualmente no colaboracionismo, apoiando o golpismo, em 2016, ao se negar a reconhecê-lo e a combatê-lo. Algumas frações da esquerda radical chegaram a ensaiar incorporação ao movimento golpista, viabilizado através da deposição de Dilma Rousseff. (MAESTRI, Contrapoder, 22.09.2021.)

Economia Colonial Globalizada

O substrato central do movimento de instauração de ordem neo-colonial globalizada foi a radicalização da transformação do país em nação cliente do grande capital internacional, espécie de colônia *independente* na Era da Globalização, produtora de grãos, de minérios, de petróleo e gás e de produtos industrializados de baixa agregação de trabalho, tudo sob o controle direto e indireto do grande capital. Esse projeto teve como ferramenta central a Operação Lava-Jato, teleguiada desde Washington, que empreendeu a destruição-desorganização do pouco de havia de capital globalizado no Brasil — grandes empreiteiras, JBS, BB, etc. — objetivo há muito perseguido pelo capital estadunidense, como proposto. A Lava-Jato despertou frenesi de admiração colaboracionista explícito ou envergonhado em setores da esquerda, mesmo entre grupos se reivindicando do marxismo-revolucionário, como no caso paradigmático da paixão de Luciana Genro e do MES e sua tendência psolista, por Moro e pela Mãos-Limpas *tupiniquim*. (GENRO, 2017.) A crise política, a desvalorização do real e dos ativos nacionais, a operação Lava-Jato, etc. ensejaram que o Brasil se transformasse em espécie de liquidação geral das mercadorias de um grande super-mercado preparando-se para fechar as portas, realidade da qual se aproveita o grande capital mundial, tendo como novidade o exórdio tardio do capital imperialista chinês. Este último, como vimos, iniciou a sua marcha durante a terceira administração petista, em 2010. Chegou atrasado mas *vitaminado*!

O Brasil é peça fundamental na partida disputada mundialmente entre o imperialismo estadunidense e seus *clientes*, por um lado, e o imperialismo chinês, por outro. Também no Brasil, no geral, se expressam as tendências e determinações mundiais subjacentes a esse confronto internacional. O grande capital chinês vive um dinamismo econômico que conheceu indiscutível impulso com a Pandemia, em 2019-21, e que lhe permitiu manter-se como o destino dominante das exportações brasileiras. Isso enquanto os USA, em clara regressão manufatureira, foi deslocado como primeiro parceiro comercial do Brasil. Entretanto, os Estados Unidos mantêm a hegemonia política, diplomática, ideológica, militar e financeira no mundo, exacerbada no Brasil após o golpe de 2016. (MAESTRI, Despertar, 3, 2021.) A China não é ainda um significativo exportador de capitais para o Brasil, rubrica na qual se destacam, em ordem de importância, a Holanda, os EUA, a Alemanha, a Espanha, as Bahamas e o Luxemburgo. Os dois últimos *paraísos fiscais* encobrem

entretanto importantes aportes de capitais não apenas chineses. Em 2019, ingressaram como IDE no Brasil praticamente 72 bilhões de dólares, um valor superior ao aporte chinês em quatorze anos. (BRASIL: Fluxos de IDE, 2019.)

No Brasil, a disputa entre USA-China acirrou-se com a vitória do segundo governo golpista, em 2018, devido à submissão plena da administração Bolsonaro aos ditames estadunidenses, no geral, e à passada administração Donald Trump, como visto. Entre o bolsonarismo, o trumpismo e a extrema-direita ianque estabeleceram-se profundos laços ideológicos, políticos e econômicos desvelados ainda muito parcialmente. A segunda versão brasileira, de 3 a 7 de setembro, do encontro “Conservative Political Action Conference”, proposto como “o maior evento conservador do mundo”, contou com a participação de filho de Donald Trump, anunciou Eduardo Bolsonaro, o 03 de Bolsonaro. (ISTo É, 27/08/21.) A submissão canina de Bolsonaro aos USA e a Trump teve consagração simbólica no ridículo —e não correspondido— “I Love You”, que o *Mito* disparou de supetão ao cruzar com o *Topetudo Dourado*, na Assembleia Geral da ONU, em setembro de 2019. (IG Mail, ÚS, 25/09/2019.) As provocações de Jair Bolsonaro contra a República Popular da China começaram antes de sua eleição, quando ainda pré-candidato, através de múltiplas declarações anti-chinesas, e durante sua viagem a Taiwan, em março de 2018, acompanhado na visita à “província rebelde”, espécie de porta-avião estadunidense diante da China, por seus três filhos, Carlos, vereador no Rio de Janeiro; Eduardo, deputado federal; Flávio, senador, após as eleições, e por Ônyx Lorenzoni. Naquela ocasião, não visitou a República Popular da China. Durante a campanha, em outubro de 2017, Bolsonaro propôs a declaração cuidadosamente lapidada de que a “China não compra no Brasil. A China está comprando o Brasil”, como vimos. Em setembro de 2017, declarara, no mesmo sentido, que a China estaria tomando o subsolo do Brasil. As privatizações e facilidades para outras nações, com destaque para os USA, seriam benéficas, à exceção da China já que, com ela, não se faria “privatizações”, mas “estatizações”, referindo-se aos investimentos no Brasil de grandes estatais chinesas, sob o controle do governo chinês. (GAZETA DO POVO, 22/08/2021.)

Menino de Recados

O pacto anti-China e a aceitação plena do golpismo viabilizaram a eleição de Jair Bolsonaro com a *benção* do imperialismo e da extrema-direita ianque. A política anti-chinesa foi avançada “em direta”, pelo neo-presidente e pelos ministros que constituíram o núcleo ideológico duro do governo, com destaque para Ernesto Araújo, nas Relações Exteriores; Abraham Weintraub, Ministro da Educação; Ricardo de Aquino Salles, no Meio Ambiente. Elementos de primeiro plano desse núcleo eram os filhos do presidente e o astrólogo Olavo de Carvalho. Ernesto Araújo, *terraplanista* de direita e verdadeira ponta de lança desta ofensiva, teria escrito em uma sua mídia que o PT e a esquerda no Brasil estariam construindo um “eixo socialista”, sob os “auspícios da China maoísta”

para dominar o “mundo”. Apenas mais silencioso, Paulo Guedes, ministro da Economia, é o pólo determinante deste literal movimento *entreguista*. (PEREIRA, 15/11/2018.)

Muito logo, entretanto, conformou-se no interior da base parlamentar e social de sustentação do governo Bolsonaro movimento em oposição à sinofobia governamental. O próprio vice-presidente, Hamilton Mourão, tornaria-se o indiscutível comandante desta esquadra. Já em novembro de 2018, ele propunha em sentido contrário às declarações bolsonaristas que uma “briga com a China não” era “uma boa briga”. (DCM, 23 novembro, 2018.) Em janeiro de 2019, a aceitação de convite oficial por deputados do PSL de visita à China ensejou saraivada de críticas bolsonaristas, com o astrólogo Olavo de Carvalho à cabeça. Em março de 2019, Ernesto Araújo, em aula magna a formandos no Instituto Rio Branco, propôs que o Brasil não venderia a sua alma para exportar minério de ferro e soja, referindo-se em forma quase direta à China. (FSP, 11/03/2019.) Declaração que arrepiou os cabelos da ministra da Agricultura, Tereza Cristina, representante do agro-negócio, que viajou ao grande país em maio do mesmo ano. Em 6 de abril de 2019, Mourão declararia em forma ainda mais enfática que a “China não” era “ameaça, e sim parceiro estratégico” do Brasil, em contradição às declarações estadunidenses e do governo Bolsonaro. (FSP, 6/04/2019.) Em maio, em Pequim, o vice-presidente proferia em mídia estatal chinesa que o Brasil via “com muitos bons olhos” a Huawei e que poderia aderir à “Nova Rota da Seda”. (FSP, 22/05/2019.) Sem que o tiroteio se interrompesse, em junho de 2019, enquanto Bolsonaro se encontrava em Osaka, no Japão, para o G20, e tentava organizar reunião com Xi Jinping, Ernesto Araújo declarou que estando a “restrição à Huawei” “sob avaliação”, estudava-se restrição parcial ou completa à empresa, devido a temores quanto à “segurança”. Xi simplesmente saltou o encontro com Bolsonaro. (FSP, 26/06/2019.)

Em 2020, seguiam e se radicalizavam as declarações sinofóbicas do núcleo bolsonariano. Em 18 de março, Eduardo Bolsonaro declarava que a “ditadura” chinesa escondera o surto do vírus responsável pelo Covid 19. Abraçando a retórica trumpeana, propôs: “Quem assistiu “Chernobyl” (filme) vai entender o que ocorreu. Substitua a usina nuclear pelo coronavírus e a ditadura soviética pela chinesa. [...] mais uma vez uma ditadura preferiu esconder algo grave a (se) expor tendo desgaste, mas que salvaria inúmeras vidas. [...] A culpa é da China e liberdade (no país) seria a solução.” (Tweet. @BolsonaroSP.18/03/2020.) O então presidente da Câmara, Rodrigo Maia, se pronunciou procurando restringir o desgaste dos impropérios do filhote mimado. No dia seguinte, a “Frente Parlamentar da Agropecuária (FPA)”, com uns trezentos deputados, em imensa maioria de direta, dissociou-se da declaração de Eduardo Bolsonaro: “Declarações isoladas não representam o sentimento da nação ou de qualquer setor.” (REUTERS, 19/03/2020.) Subindo nos tamancos, o embaixador chinês Yang Wanming, respondeu através de uma sua mídia que o filho do presidente contraíra um “vírus mental”. (UOL, 18/03/2020). Ernesto Araújo, tomando as dores do rebento

presidencial, propôs que se tratava de resposta desproporcionada e fora dos canais diplomáticos, rompendo as relações com o embaixador chinês. "Já comuniquei ao embaixador da China a insatisfação do governo brasileiro com seu comportamento. Temos expectativa de uma retratação por sua postagem ofensiva ao chefe de Estado." Poucos dias mais tarde, em ato diplomático inusitado e irresponsável, convencido pelo *chanceler*, Jair Bolsonaro pediu ao governo chinês, "in box", a retirada de Yang. Em novembro, Eduardo voltava ao ataque, ao propor que Huawei era canal para a espionagem virtual chinesa, recebendo nova resposta dura do embaixador chinês. Novamente, foi reafirmado por Bolsonaro o pedido torto *informal* da substituição de Yang Wanming, sem resposta da cancelaria chinesa, em reafirmação da autoridade do embaixador, e desmoralização do presidente e do ministro das Relações Exteriores do Brasil. (FSP, 14.2.2021.)

Ministro Troca-Letras

Em 6 de abril, três semanas após os disparates de Eduardo, foi a vez do ministro da Educação, Abraham Weintraub, subir na boléia da carruagem desconjuntada do núcleo ideológico anti-chinês e pró-ianque bolsonariano. Apoiando seus comparsas, publicou postagem em uma sua rede social insinuando que a China se beneficiava da crise mundial causada pelo Covid 19 e, portanto, que seria, possivelmente, a criadora do vírus, parte do seu plano de "dominar o mundo". Disse ainda que haveria, no Brasil, parceiros dos chineses nesse objetivo, referindo-se, sem citar, entre outros ao vice-presidente. Outra vez, o embaixador chinês respondeu prontamente, exigindo pronunciamento do governo Bolsonaro, já que as declarações partiam de membro da administração federal. "O lado chinês aguarda uma declaração oficial do lado brasileiro sobre as palavras feitas pelo ministro da Educação, membro do governo brasileiro. Nós somos cientes de que nossos povos estão do mesmo lado ao resistir às palavras racistas e salvaguardar nossa amizade". (REUTERS, 4.04.2020.)

O ataque geral à China constituía elemento constitutivo e central do governo. Na reunião ministerial de 22 de abril de 2020, *publicizada* parcialmente, Jair Bolsonaro se referiu a *agentes chineses* —“gente deles”— infiltrados em diversos ministérios e à necessidade de comerciar com a China, mas de privilegiar as relações com os USA. Ernesto Araújo propôs que a globalização colocou “no centro da economia internacional” “um país que não é democrático” e “não respeita direitos humanos”. Sem citar, apontava diretamente para a China. (ZARUR, Globo, 18/05/2021.) O *mantra* e as denúncias anti-chinesas eram dirigidas também ao *Buda* sentado ao lado de Bolsonaro. Mourão, general de cinco estrelas, político por excelência, neo-liberal e vende-pátria extremado, grande interlocutor do capital chinês no governo, manteve-se impassível. Mas sua posição não se oporia à dos oficiais superiores das forças armadas, tradicionalmente filo-ianques?

Os atuais generais do alto comando das forças armadas, principais gestores no Brasil do grande capital internacional e do golpismo pró-imperialista 2016, são, desde há muito, pró-

estadunidense *automáticos*, mantendo com Washington laços conhecidos e desconhecidos. Eles se esforçam em permanecer espécie de parlamento golpista de última instância, informal mas com indiscutível poder de intervenção, onde reverberam, direta ou indiretamente, as grandes reivindicações dos capitais nacionais e internacionais. E, como vimos, a China se constitui como um dos pilares da nova ordem econômica nacional, que não pode ser ignorado. Por outro lado, os senhores gerais, já despidos de qualquer projeto nacionalista e mesmo nacional, consolidam-se como poderosa casta para usufruir as benesses permitidas pelo poder que alcançaram — preocupam-se sobretudo em cuidar de “suas vidas”, fazer seu pé-de-meia. Estima-se que há hoje mais de seis mil militares, com destaque para os da reserva, entulhados na administração civil federal, recebendo seus soldos e os proventos pelos cargos abiscoitados. (MOTA, RDA, 18/05/2021.) Eles se infiltram por todos os poros possíveis do mundo dos negócios. Mais que tudo, procuram parasitar o novo ordenamento da economia e da administração neo-colonial globalizada. Os chineses não interferem nas questões políticas dos países com que comerciam. No Brasil, não possuem qualquer contradição com o golpe de 2016, que rentabiliza seus capitais. Facções das forças armadas tendem a se imbricar e a expressar esses interesses, os quais procuram construir e ampliar suas bases de sustentação política no país. O conflito mundial entre os imperialismos estadunidense e chinês se expressa duramente no Brasil, onde as posições ianques, já hegemônicas, fortaleceram-se com o bolsonarismo. Ainda mais sendo o Brasil um protagonista determinante na América do Sul e Central. Entretanto, nessa ininterrupta *quebra de braço*, a China se tem fortalecido, ainda que relativamente, nos últimos meses, tendo alcançado importante vitória.

Os Partidos Chineses

Hamilton Mourão sintetiza uma vasta gama de diversos interesses setoriais *nacionais* e *estrangeiros* capitalistas interessados na manutenção e expansão das boas relações comerciais e econômicas com a China, opondo-se às exigências e orientações, sobretudo estadunidenses, de bloqueio das mesmas. Nesse bloco filo-chinês se destacam o agro-negócio, atualmente o setor mais pujante e dinâmico da economia nacional; os grandes produtores de energia e de minérios, como a Vale; as poderosas operadoras que preferem a Huawei, pela qualidade, pelo preço e por já usarem material dessa companhia, o que permite *atualizá-los*, etc. Respaldam igualmente a normalização e a expansão das relações com a grande economia oriental os governos dos Estados da federação que negociaram investimentos com capitais chineses já efetivados, em efetivação ou projetados.

Sobretudo as mega-empresas estatais chinesas com enormes investimentos no setor elétrico, minerador, petrolífero, etc. possuem forte capacidade de pressão política regional e federal. Esse poderoso bloco tem se expressado através de variadas associações políticas, empresarias, etc. do grande capital que respaldam direta ou indiretamente o ativismo cada vez

mais explícito da embaixada chinesa. O capital imperialista chinês é hoje um polo político em consolidação no Brasil, em um território em que o imperialismo estadunidense, europeu, japonês, etc. agiam em forma quase isolada. O conjunto de interesses pró-chineses se mobilizou e contribuiu para a desarticulação atual, quase total, do núcleo duro governamental sino-fóbico. À exceção de Paulo Guedes, mais discreto nesse relativo, *pau-mandado* estadunidense.

O vice-presidente Hamilton Mourão pronunciou-se desde sempre em favor da normalização e expansão das relações econômicas e diplomática com a China; visitou aquele país após as eleições, propondo a simpatia e ausência de restrições governamentais em relação ao grande Estado oriental; tem recebido altos dignitários chineses; realizado palestras para grupos empresarias, etc. Em 27 de abril de 2020, propôs a venda da Embraer aos chineses, após o fiasco da Boeing. Entretanto, aquela *fusão* exigiria a licença do atual governo, difícil de ser concedida. Dois dias mais tarde, em 29 de abril, defendeu que o “casamento” entre a China e o Brasil seria “inevitável” e profetizou corretamente que, após o Covid-19, aumentaria a importância geoeconômica da Ásia. (Congressoemfoco,29/04/2020.) Nesse processo, tornou-se a indiscutível primeira referência dos interesses chineses em contra-ponto à administração golpista de Jair Bolsonaro. Também devido a isso, as relações entre o presidente e o vice-presidente, de azedas evoluíram para situação de “paz armada”.

Assédio Governamental

Os ataques do governo Bolsonaro à China não foram apenas verbais. Eles têm reprimido grandes investimentos chineses no Brasil e, durante o governo Donald Trump, o governo federal posicionou-se ao lado do imperialismo estadunidense em iniciativas diplomáticas mundiais estratégicas sinofóbicas, nas quais tem perseverado na atual administração Biden, que seguiu no assédio geral à República Popular da China. O governo Bolsonaro criou dificuldades para que a empresa chinesa CNNC participasse na concorrência milionária pela retomada das obras da Angra 3, 65% finalizadas, para favorecer a Westinghouse. Trata-se de negócio de, no mínimo, 15 bilhões de reais. Um fundo bilateral de investimento chinês de 20 bilhões de dólares —quinze chinês, cinco brasileiro (BNDS, CEF, etc.)— para obras infraestruturais, discutido no governo Dilma Roussef e acordado no governo Michel Temer, permanece congelado, por decisão de Paulo Guedes e governamental. Apesar da precipitação da recessão e do desemprego no Brasil. (MAESTRI, 22/08/2020.)

Donald Trump centrou esforços, com reais e amplos resultados iniciais, no bloqueio *político* da Huawei na implantação mundial da rede 5G, central para a dita “internet das coisas” (IoT). A companhia chinesa encontra-se na vanguarda dessa tecnologia. J. Biden persevera na retórica que Huawei seria um instrumento do Partido Comunista Chinês para espionar o mundo. O leilão de frequências 5G foi a grande partida em jogo no Brasil. Sugerido por Pequim como questão que

poderia se transformar em divisor de águas das relações da China com o atual governo. Após a visita à China, em outubro de 2019, Bolsonaro encenou afrouxamento na resistência à Huawei. Recuo realizado apesar das pressões do general Heleno, do Gabinete de Segurança Institucional, que, junto a Ernesto Araújo, ministro das Relações Exteriores, Abraham Weintraub, ministro da Educação, Ricardo Sales, Ministro do Meio Ambiente, e os “meninos” 01, 02, 03 do presidente, eram os incondicionais do imperialismo estadunidense. Voltando atrás, o *Mito* propôs que a decisão não dependeria apenas de critérios econômicos e técnicos, mas também de questão relacionadas à “segurança”, etc.

Em 29 de julho de 2020, Todd Chapman, embaixador estadunidense no Brasil, ameaçou diretamente o governo brasileiro de “consequências”, caso não fosse barrada a gigante chinesa das telecomunicações, em favor da Nokia e da Ericsson, bancadas por Donald Trump e agora por Biden, na falta de companhias *yankee* com aquela tecnologia. Seguiram declarações estadunidenses no mesmo sentido. (ROSA & ANTUNES, Globo, 29/07/2020.) Em 3 de agosto, em São Paulo, em coletiva a correspondentes estrangeiros, o vice-presidente Hamilton Mourão respondeu não temer “consequências”, se a disputa for favorável à Huawei, no leilão então previsto para início de 2021 e, a seguir, postergado para fins daquele ano, quando foi realizado. E disse mais. Segundo ele, aquela companhia teria “uma capacidade acima de algumas concorrentes”. E lembrou que um terço das operadoras 4G no Brasil possuem equipamento da empresa chinesa. Elas seriam, portanto, prejudicadas por dificuldades postas à Huawei. (MONITOR MERCANTIL, 03/08/2020.) O que determinou fortemente o leilão. As declarações motivaram destemperados ataques ao vice-presidente golpista, vindo de porta-vozes formais e informais do bolsonarismo.

Linha Vermelha

O núcleo pro-ianque seguiu determinando a ação do governo Bolsonaro, com intervenções diretas contra interesses chineses no Brasil. O então ministro das Relações Exteriores, Ernesto Araújo, apoiou em nome do Brasil iniciativas estadunidenses contra a China na Organização Mundial do Comércio —OMS—, propondo que não importa como o governo proceda, a China sempre virá comprar soja no Brasil, pois não teria produtores alternativos. Faz que não entende que apenas transferência de dez por cento das compras chinesas de matérias primas para outro mercado causaria perdas imensas para as exportações brasileiras. Um pequeno exemplo do que pode ocorrer nesse relativo foi a suspensão, em inícios de setembro do presente ano, das compras de carnes pela China, por problemas “sanitários”, que fez precipitar o volume das exportações brasileira do produto a valores próximos aos de julho de 2018, quando da greve dos caminhoneiros. (g1, 04/11/2021) Esse destempero da diplomacia bolsonarista dificultou a vida de empresários brasileiros estabelecidos e interessados em se estabelecer na China. Em 28 de agosto, o embaixador da

China no Brasil foi claro ao afirmar que as ações governamentais no leilão 5G seriam “critérios-chaves para que as empresas internacionais, incluindo um grande número de empresas chinesas, avaliem as regras de mercado e o ambiente de negócios no país em questão, o que influenciará diretamente os seus planos de investimento e outras cooperações.” (FSP, 28/08/2020.) Especificava assim o “leilão 5G” como uma espécie de “linha vermelha” definindo as relações econômicas e políticas com o governo brasileiro. Um recuo mais significativo das compras chinesas, em 2022, influenciaria fortemente o voto no atual presidente, já em forte desprestígio, caso ele concorra às eleições. Para contornar eventuais pressões sobre a “espionagem” chinesa, e facilitar a participação da Huawei, decidiu-se construir uma rede independente para os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo. Ela não poderá ser produzida pela Huawei. (PODER 360,10.03.2021) A demora da administração Bolsonaro em lançar o leilão para a concessão dos canais 5G expressava as fortes oposições que encontrava, no Parlamento, no Senado, na Justiça, em partidos conservadores e no mundo empresarial, para a efetivação de um veto político amplo.

Dois grandes fenômenos contribuíram para corroer a capacidade da administração federal de simplesmente reproduzir as exigências estadunidenses: a Pandemia e a crescente e acelerada perda de sustentação popular e política do bolsonarismo, mesmo por setores que seguem apoiando firmemente o golpismo. Processo que se acelerou após o fiasco golpista de 7 de setembro de 2021. Seguindo nas pegadas de Donald Trump e do conservadorismo mundial, Bolsonaro e seu governo têm enfrentado de uma posição negacionista e terraplanista a chegada do Covid-19 ao Brasil, em fevereiro de 2020. A proposta inicial foi apostar na dita “imunização de manada”, esperar que o espriar do vírus criasse imunização de grande parte da população, interrompendo sua propagação. Essa proposta foi defendida inicialmente e abandonada, a seguir, pelos governos conservadores da Inglaterra, da Suécia, etc., ao compreenderem a hecatombe que ensejaria. E, mais ainda, agora, ao se compreender o limite temporal da cobertura das vacinas. Não é aqui o local para historiar a sabotagem a um combate generalizado do vírus, o obscurantismo, o despreparo, a corrupção, etc. governamentais que ensejaram a morte de mais de 600 mil brasileiros, segundo os dados oficiais e semi-oficiais, em novembro de 2021. Especialistas estimam que o número real de mortos superaria os 800 mil. A CPI da Covid desvelou parcialmente as enormes violências, sabotagens, negociatas e irregularidades governamentais, diretas e indiretas, no enfrentamento da epidemia. Um cenário verdadeiramente criminal.

O processo de desindustrialização e internacionalização da economia nacional desmontou a produção farmacêutica brasileira —remédios, insumos, vacinas, etc.—, com destaque para os anos 1990-1992 e seguintes, quando do governo FHC. A Índia e a China se

transformaram em mega-produtores de medicamentos e produtos correlacionados. O Brasil, que produzia 55% dos insumos farmacêuticos que consumia, produz hoje apenas 5%. (RODRIGUES, CNN, 02/05/2021.) Com a furiosa disputa mundial por insumos para a produção de vacinas, o esforço para a compra da matéria prima na China para a produção das vacinas Coronavace Oxford/AstraZeneca colocou literalmente a faca no pescoço da administração Bolsonaro. Entretanto, os ataques *sinofóbicos* prosseguiram. Em fins de abril de 2021, foi a vez de Paulo Guedes, ministro da Economia propor que o Covid-19 fora inventado pela China e que a vacina ianque era melhor que a chinesa. (G1, MARTELLO, 27/04/2021.) Em 5 de maio, o presidente avançou que o vírus fora criado pelos chineses para uma “guerra química”. (PODER360, FAGUNDES, 05/05/2021). O resultado foi que o governo chinês retardou envios de insumos ao Brasil, dirigindo-os prioritariamente para países que não assediam a China. A carência de vacinas se aprofundou com a radical mudança de política chinesa de impedir a entrada e a propagação do vírus sem vacinar sua imensa população. Apesar do início tardio da vacinação, em fins de novembro de de 2021, a China já vacinara com duas doses 74% de seus um bilhão e quatrocentos milhões de habitantes!

Agarrados no Tio Sam

Não são destemperos e descontroles verbais os ataques de Bolsonaro e de seus próximos, realizados quando se impunha manter boas relações com a China durante a epidemia. Não se trata também de declarações sinofóbicas necessárias à alimentação do já estreito núcleo duro de apoio ao bolsonariano no Brasil. Os ataques raivosos conservadores poderiam centrar-se em outros temas. O assédio incessante à China é sobretudo condição imprescindível para manter o apoio do imperialismo estadunidense ao governo Bolsonaro, o que tem sido alcançado. Em 23 de julho de 2021, Todd Chapman, embaixador estadunidense no Brasil, rasgou elogios ao *Mito*, apresentou a democracia e as instituições do Brasil como sólidas e a “corrupção” como o grande problema do país. Portanto, reafirmou a paternidade estadunidense do golpe de 2016, a confiança na atual gestão de Bolsonaro e o desconforto com a erosão da retórica “mãos limpas” da Lava Jato. Na declaração, reafirmou a oposição a qualquer coisa que não seja a realização das eleições em 2022, que tudo aponta que institucionalizará o golpismo, como proposto. (ISTO É Dinheiro. 23/07/21.)

O partido pró-ianque incondicional perde entretanto força no Brasil e no governo. Nos últimos meses, todos os ministros ideológicos do bolsonarismo foram derrubados, sobretudo como exigência dos partidos conservadores para manterem apoio relativo a Bolsonaro. Em 18 de junho de 2020, Abraham Weintraub, o ministro *analfabetizado* da Educação, foi demitido após insultar o STF, recebendo uma sinecura nos USA, para onde fugiu em forma apressada. Em início de abril de 2021, sem gritos e ranger de dentes, Ernesto Araújo, ministro das Relações Exteriores,

porta-bandeira do bloco *baba-ovo* do Tio Sam em Brasília, foi defenestrado, sem direito a prêmio de consolação. Três meses mais tarde, Ricardo Salles foi também mandado ao Departamento de Pessoal, igualmente sem destinação compensatória. Damares Alves, ministra da Mulher, Família e Direitos Humanos, não querendo deixar de mamar na sua *teta* funcional, tem-se mantido em silêncio precaucional há longo tempo. O astrólogo Olavo de Carvalho, com a matraca silenciada havia meses, chegou semi-clandestino dos USA ao Brasil, em julho de 2021, coberto de dívidas, para tratar-se no SUS, que tanto atacara. Sob o perigo de prisão pela Polícia Federal, escapou na calada da noite, em 15 de novembro, para retornar aos USA, através do Paraguai, via de rota preferida da grande criminalidade.

Roberto Jefferson, presidente do PTB, foi sempre extremista bolsonarista anti-chinês, atuando fora da administração federal, em íntimo contato com ela. Entre outras *performances*, postou vídeo segurando duas armas e chamando o embaixador chinês de “macaco”, de “chinês malandro” e diversos outros impropérios. Em 14 de agosto, foi preso pela Polícia Federal, por ofensas e ameaças ao STF. O embaixador Yang Wanming festejou o fato desejando no seu Twitter um “bom dia para todos”, associado a *emojis* de palmas. (FSP, 13.08.2021.) Encontra-se na prisão, até hoje, lamentando-se do abandono por parte da administração federal bolsonarista. A exceção do presidente e de seus filhos, a ala ideológica no governo ficou restringida a alguns poucos gatos pingados entrincheirados no terceiro escalão do governo. Perdendo seus principais tenores, ela manteve alguns falsetes semi-afônicos. Um processo que registrou em forma indubitável a perda de força da ala “anti-chinesa”. Com a aproximação da data do leilão, cresceu a pressão estadunidense. Em 5 de agosto, Bolsonaro se encontrou com o conselheiro de Segurança Nacional ianque, Jake Sullivan, quando se *tratou* novamente da 5G. (ESTADÃO, 05/08/2021.) Finalmente, em 4 de novembro, o Leilão da Anatel foi realizado com a participação exclusiva de operadoras de telefonia — Claro, Vivo, Tim, etc. A Huawei não participou diretamente mas teve resguardado seu direito pleno de vender equipamentos 5G para as operadoras. (Tilt, 04/11/2021) No combate, a soberba águia estadunidense teve penas queimadas pelo bafo quente do dragão chinês.

Os Partido Sino-Capitalista e Mao-Capitalista

Hamilton Mourão é o comandante incontestado da primeira linha do “partido golpista” que veste as cores da defesa dos investimentos chineses. Poderíamos batizá-lo de *Partido Sino-Capitalista do Brasil*. Dele fazem parte, como vimos, representantes do agro-negócio, de mineradoras, de companhias telefônicas articuladas com a Huawei, de múltiplos e poderosos negócios tocados no país por capitais chineses isolados ou em associação, com destaque para a energia e infra-estrutura, assim como seus fornecedores, etc. Interesses que se assustam com a submissão *mecânica* às instruções dos USA, sem, no entanto, terem com o *Brother Sam* qualquer contradição ideológica. Há uma segunda linha política, de caráter distinto, que

defende os investimentos chineses, que surge no interior de segmentos que se reivindicam da esquerda. Podemos defini-la como o *Partido Mao-Capitalista do Brasil*. Capitaneada pelo PC do B e por facções dirigentes do PT, por núcleo no PCB, etc., ele se apoia em governos estaduais, em parlamentares, em meios de comunicação, em acadêmicos, em jornalistas, em *youtubers*, em instituições de ensino, etc. Em geral, esses setores defendem o caráter não-capitalista ou, ao menos, não-imperialista do capital monopólico chinês. Uma das principais referências ideológicas, atualmente posta em surdina, é o ideólogo italiano Domenico Losurdo, que propagandeava a via capitalista chinesa como solução civilizacional. Segmentos na esquerda realizam essa defesa a partir essencialmente de interesses materiais.

O PCdoB foi fundado, em 1958, por importantes dirigentes estalinistas do PCB, Mauricio Grabois, João Amazonas, Pedro Pomar, entre outros, aliados de fato da direção máxima do PCB, por Luís Carlos Prestes, após o relatório de N. Kruschew sobre J. Stalin, de 1956. Como o PCB, o novo partido seguiu propondo a revolução por etapas, portanto, inicialmente em aliança com a “burguesia progressista”. Em 1960, sua direção se alinhou com o Partido Comunista Chinês, tornando-se “maoista-leninista”. Surpreendido, como o PCB, pelo golpe de 1964, o PC do B ensaiou a implantação de inserção no campo que, descoberta, originou a “Guerrilha do Araguaia”, a única de maior estabilidade daquele período. Com as reformas pró-capitalistas de 1978 dirigidas por Deng Xiaoping, o PCdoB aderiu à direção mundial E. H. Hoxha (1908-1985), “grande timoneiro” da pequena e pobre Albânia, o mais atrasado país da Europa. No Brasil, após Araguaia, os militantes do PC do B militaram, como o PCB, em forma moderada, no PMDB. Após a dita “redemocratização”, seus três deputados fizeram parte da base parlamentar de sustentação de José Sarney.

A seguir, com a debacle daquele governo, afastaram-se do MDB e se aproximaram do PT, apoiando as sucessivas candidaturas de Lula da Silva, até a vitória em 2002. Com a “queda do Muro de Berlim” e a dissolução da URSS, em 1991, o PCdoB deixou de se definir como estalinista, abandonou o “programa de revolução” por etapa e, finalmente, em 1995, aprovou Programa Socialista, abrindo-se momentaneamente para a militância marxista de esquerda. Por esses anos, fui convidado, apesar de reconhecidamente trotskista, a fazer uma saudação em Conferência Regional do PCdoB do Rio Grande do Sul. O que fiz, com grande prazer. Com a vitória de Lula da Silva, em 2002, o PCdoB integrou o novo e os sucessivos governos petistas, acompanhando alegre a reversão social-liberal do PT, antecipada e a seguir acelerada com a eleição de prefeitos, deputados estaduais, deputados federais, senadores, etc. Em 2009, no seu XIIº Congresso, o PC do B, adaptando a teoria antiga, superada por sua prática, aprovou o programa formalmente socialista intitulado “*O fortalecimento da Nação é o caminho, o socialismo é o rumo!*” Mandava oficialmente para as calendas a luta pelo socialismo e se

dedicava a participar à agradável e remunerativa gestão do Estado burguês. (LIMA, 1984; PCdoB, 2000.) Em inícios de 2019, o apoio à reeleição do golpista Rodrigo Maia à presidência da Câmara foi apenas parte de uma sua longuíssima prática fisiologista e colaboracionista. O PCdoB constitui hoje um partido claramente pró-burguês que age nos setores médios do movimento social. Após as eleições de 2018, o PCdoB se fundiu com o Partido Pátria Livre, em 2019, para não perderem o acesso ao Fundo Partidário. (Congressoemfoco, 29 maio, 2019.) Fala-se de sua eventual e não fácil fusão com o Partido Socialista Brasileiro, para seguir adaptado às draconianas exigências da legislação eleitoral. Agora, com as novas “federações partidárias”, para salvar as prebendas público-partidárias, discute-se até mesmo a possibilidade da fusão tendencial no PT do PSOL, PCdoB, PSB e PDT, em direção do bipartidarismo, ao estilo estadunidense, tão desejado pelo grande capital.

A China Está Cada Vez mais Próxima

Nos últimos anos, como parte da evolução social-liberal, inicialmente, a direção e ideólogos pcedobistas apontaram a China como exemplo do sucesso da construção do socialismo a passos largos, apoiando-se em grandes investimentos capitalistas controlados por um partido comunista fiel às suas origens. Estaria, assim, impulsionando um novo “socialismo apoiado no mercado”. Uma espécie de mega-NEP soviética sem data-limite de uso. A Nova Política Econômica foi medida transitória empreendida na URSS, devido à situação caótica da economia após a vitória na Guerra Civil (1919-22). Ela foi interrompida em forma destrambelhada por J. Stalin, quando ameaçava as raízes da Revolução de 1917 e, portanto, os próprios privilégios da burocracia.

Na academia, Armen Mamigonian destaca-se tradicionalmente no apoio a essas visões. Apaixonado pelo desenvolvimentismo nacional, não importando a cor do gato, elogiou o nacionalismo de Pinochet, que teria comandado a “recuperação econômica (...) bem-sucedida” da economia chilena, ao “diversificar a economia e as exportações de vinho, frutas, minerais e metais, papel e celulose, etc.” Antes do golpe, o Chile fora um país de forte industrialização, considerando-se sua dimensão. O veterano geógrafo uspiano propõe Ignacio Rangel como “o maior pensador marxista brasileiro”. Acredita que “a humanidade vive desde a vitória da Revolução bolchevique de 1917 o período de transição do capitalismo ao socialismo”. E propõe que a China socialista do *leninista* Deng Xiaoping esteja levando à humanidade à “paz perpétua”, profetizada por I. Kant. (MAMIGONIAN, 2018.)

Em forma concomitante à exteriorização do grande capital chinês, ex-maoistas, com relações com membros do aparato do PCC, reconvertidos ao *socialismo de mercado*, se reciclaram como lobistas de interesses chineses no Brasil, com destaque, já na Era Petista, para membros da família Pomar. Ainda recentemente, Pedro Pomar promoveu em artigo

institucional os contatos econômicos das empresas brasileiras com a China — “Boas razões para voltar à China em 2021”. (POMAR, pt.org.br; FSP, 04.07.2010.) Lobismo e intermediação também praticados em relação à Cuba, Venezuela, Bolívia, etc., totalmente legais, apesar de em contradição frontal com o comportamento de militantes reivindicando-se do marxismo, que exige o combate ao capital no geral, e não no particular.

Seguindo a radicalização do avanço da contra-revolução mundial e da restauração capitalista na China, dirigentes e ideólogos pecebistas abandonaram a defesa de uma China socialista. Reescrevendo a história segundo as necessidades atuais, propõem que, com a revolução de 1949, o Partido Comunista Chinês realizou a “revolução burguesa” naquele país, para dirigir e incentivar o desenvolvimento capitalista que a “burguesia chinesa” não realizara. Teríamos, portanto, uns “duzentos anos pela frente” de capitalismo, antes de iniciar a construção socialista. (Duplo Expresso, 14/08, 1:41.) Associam igualmente, à atual defesa do caráter progressista da etapa capitalista sem fim da China, a proposta do caráter não imperialista do processo de exteriorização mundial do capital monopólico chinês, como já assinalado. Defendem, nos fatos, um sentido *progressista* a essa evolução, por se antepor ao capital imperialista estadunidense. Proliferam avaliações piedosas da realidade chinesa apoiadas na defesa de sua autonomia-superação dos quadros analíticos tradicionais. Destacam-se nessas interpretações a ausência da análise das relações de classes na China atual e da ação de seu capital monopólico no exterior.

Estendendo o Tapete Vermelho

Há momentos de clara intersecção-fusão da ação do *Partido Sino-Capitalista do Brasil* e do *Partido Mao-Capitalista do Brasil*. Nesse quadro geral, em 2 de abril de 2020, Flávio Dino, governador do Maranhão, que saltou do PT ao PCdoB e, agora, mudou-se para o PSB, após a conclusão da reunião virtual do Conselho da Amazônia, sob a presidência de Hamilton Mourão, verbalizou a esdrúxula declaração que “se Bolsonaro entregar o governo” para o vice-presidente golpista, “o Brasil chegará em 2022 em melhores condições”. Tudo em defesa do capital chinês. No estado em que governa, Flávio Dino tem estendido o tapete vermelho aos capitais chineses, ferindo gravemente interesses da população maranhense. Por isso, recebeu um puxão de orelha do site *Intercept*, de viés ianque, no sabor *democrata* e *anti-republicano*, em 17 de fevereiro de 2019, “Negócios da China: como a grana da China desaloja pobres no Maranhão - com o aval de Flávio Dino”. (theintercept.com, 02/17/2020.)

Reagindo ao artigo do *Intercept Brasil*, o *youtuber* Jones Manoel, naquele então losurdista, neo-estalinista e pró-chinês de carteirinha, publicou diatribe terrível contra os críticos de Flávio Dino, acusando-os de anti-comunistas e de ofenderem a revolução chinesa, vai compreender por que! (MANOEL, 21/02/2020.) O *youtuber* defendeu a garantia, após

alguns pequenos retoques, dos capitais chineses investidos no Brasil, quando da por ele definida “Revolução Brasileira”. Jones Manoel é militante de destaque do PCB, que abraçou o programa socialista, mas conhece forte *revival* neo-estalinista, sobretudo entre sua juventude. Nós últimos tempos, Jones Manoel procura reconstrução mais *soft* de seu perfil político, possivelmente preparando-se para vãos políticos mais ambiciosos. (MAESTRI, Contrapoder, 4.06.2021.)

O *neo-estalinismo* é questão pouco discutida no Brasil, onde foi introduzido com indiscutível sucesso sobretudo pelo PCdoB, em boa parte através de Domenico Losurdo, um dos seus teóricos-defensores europeus. O neo-estalinismo se constitui na defesa do caráter progressivo da “restauração capitalista” nos antigos estados operários, com destaque para a China, Rússia, Vietnã. Para essa visão, o fundamental é que uma nação se industrialize, para se defender das *ofensivas externas*, pouco importando o caráter das relações sociais de produção e exploração. Propõe a impossibilidade de sucesso de qualquer país revolucionário ou pós-revolucionário que não escancare suas portas às produção e exploração capitalistas. Para o neo-estalinismo, a luta pela centralidade operária e popular no processo revolucionário, visão superada do “marxismo ocidental”, deve ceder lugar à defesa de um desenvolvimentismo nacional das “forças produtivas materiais”, centrado nas classes burguesas progressistas. Abordamos em maiores detalhes tal questão em recente ensaio - *Domenico Losurdo: um farsante na terra dos Papagaios*. (MAESTRI, 2020.)

Conclusões Provisórias

Nos próximos tempos, tenderá a crescer o confronto direto entre os interesses do grande capital imperialista ianque, em indiscutível regressão tendencial, mas ainda mundialmente hegemônico, e o capital monopólico chinês, que oferece investimentos milionários, para serem rentabilizados através da superexploração das riquezas, dos recursos e das classes trabalhadoras através do mundo. Esse confronto se acirrará igualmente no Brasil, sob a ordem golpista promovida pelo imperialismo estadunidense, que tem, para conceder, apenas balas na agulha de seu fuzil e exigências da submissão plena e crescente da economia e da política do Brasil, reduzido a um status neo-colonial globalizado. Entretanto, não podemos propor encontrar-se hoje os USA em “crise terminal”. (HENDLER, 2021, p.54.)

O confronto entre, por um lado, a enorme participação da China como importadora de matérias prima e os seus crescente investimentos de capitais no Brasil e, por outro, a tentativa do imperialismo estadunidense de fechar o país, ao máximo possível, à China, abre fissuras no governo, no parlamento, nas forças armadas, nos setores econômicos envolvidos, etc. Estas brechas certamente se radicalizarão nos próximos tempos, sobretudo no contexto do atual descalabro econômico que vive o país. Entretanto, o confronto USA-China no Brasil diz respeito, sobretudo, ao

governo Bolsonaro e a vontade do capital estadunidense em manter e consolidar sua hegemonia sobre a ordem golpista. Não há qualquer contradição do capital monopólico chinês com o golpismo, que ele apoia nas suas iniciativas estruturais, já que lhe permite maiores ganhos no país. A contradição proposta, hoje em curso, influenciará igualmente a vida político-eleitoral nacional. Hamilton Mourão é citado como eventual candidato ao governo federal ou do Rio de Janeiro, em 2022. A senadora Katia Abreu, do PP, com excelente trânsito nas altas esferas petistas, referência da defesa dos interesses chineses, sonha igualmente com uma eventual candidatura à presidência. Lula da Silva, se quiser obter o *imprimatur* ianque a sua candidatura teria que comprometer-se a não praticar eventual flexibilidade aos interesses do imperialismo chinês, o que lhe é difícil.

O confronto entre os imperialismos estadunidense e chinês é equação clara e inexorável. Como o foi, *mutatis mutandis*, entre o imperialismo inglês-francês e o alemão, assim como entre o imperialismo estadunidense e o japonês, nas I e II guerras mundiais. (MAESTRI, 3. Despertar, 2021.). Com o avanço inexorável chinês, os USA têm como alternativa o confronto duro, para reconquistar sua hegemonia em erosão, ou se submeter à posição de subalternidade geral diante do *Império do Meio*, possivelmente já nos anos 2040, tanto no campo econômico como militar. O confronto pode se dar no plano econômico, diplomático, financeiro, etc., em forma cada vez mais radical. A aceleração da ofensiva pelos USA e resposta defensiva da China a ataques mais graves pode levar, a médio prazo, a confrontos militares localizados, com o perigo real de desbordamento dos mesmos em choque geral imediato ou a médio ou mais longo prazo. O governo chinês tem tomado medidas precaucionais de todo o tipo, em vista de um acirramento agudo do conflito. Entre elas, se destaca ampla ação para consolidar a base popular e nacional de apoio, com a proposta de “prosperidade compartilhada”. Tem, igualmente, fechado o torniquete da autonomia do grande capital chinês globalizado, com tendência a internacionalização errática.

Não devemos, entretanto, estabelecer identidade absoluta no agir, no aqui e no agora, entre os Estados e os capitais estadunidenses e chineses quanto ao Brasil. Nem que seja porque o imperialismo chinês não possui a posição dominante e intervencionista em relação ao Brasil e levaria eventualmente anos para construí-la. E, ao contrário dos USA, a China se encontra muito longe da América do Sul! O capital chinês inicia sua acelerada penetração no Brasil, enquanto o imperialismo estadunidense já interfere poderosamente em múltiplas instâncias do governo e do Estado brasileiro. E mantém, atualmente, a nação e a população brasileira sob cabestro. Ao Brasil, atualmente, seria muito mais fácil *domesticar* a ação chinesa. Não podemos igualmente assumir posição de neutralidade no presente confronto. O imperialismo USA empreende clara ofensiva contra o Estado chinês, procurando sua desagregação e, se possível, colonização econômica. Age no mesmo sentido em relação à Rússia, talvez com

maior ímpeto, pretendendo começar por ali a reconstrução de sua hegemonia em dissolução. (MAESTRI, 2018.) Essa campanha pode levar o mundo a guerras locais e, mesmo, a confronto geral. A fracassada provocação *pioneira* do destróier inglês HMS Defender em águas territoriais russas, em 23 de junho de 2021, permite-nos entrever o perfil de eventuais ações com os mesmos objetivos. As provocações estadunidenses em relação a Taiwan apontam no mesmo sentido. Devemos nos opor claramente a essa ofensiva imperialista contra os Estados e as nações chinesas e russas.

Devemos certamente nos opor a ofensiva contra o Estado nacional chinês, pelos USA, porém sem a mais mínima complacência para com as inversões de seus capitais no Brasil, no frigidar dos ovos, idênticas a todas as demais na sua ação deletéria *in locus*. É imprescindível igualmente denunciar as manobras rasteiras do neo-estalinismo e de outras demagogias disfarçadas de esquerdistas e marxistas, de defesa de caráter progressista do capital chinês, na China e no mundo. Em verdade, a sorte mundial do mundo do trabalho depende fortemente dos avanços organizacionais e políticos do imenso proletariado chinês. E de suas propostas de abandono da centralidade operária na luta social, em prol da submissão às pretensas classes burguesas progressistas. Devemos acompanhar, compreender e intervir, na medida do possível, nesse confronto no Brasil.

Bibliografia citada:

- BRASIL: Fluxos de IDE, 2019. <https://santandertrade.com/pt/portal/internacionalize-se/brasil/fluxos-de-ied-2> (acessado em 22/09/2021)
- CARIELLO, Tulio. *Investimentos chineses no Brasil: histórico, tendências e desafios globais. 2007-2020*. Conselho Empresarial Brasil-China. Rio de Janeiro: CEB-C, 2021. (Patrocínio Bradesco Corporate.)
- DCM, 23 novembro, 2018. <https://www.diariodocentrodomundo.com.br/essencial/mourao-contradiz-bolsonaro-uma-briga-com-a-china-nao-e-uma-boa-briga-certo/> (acessado em 22/09/2021)
- GAZETA DO Povo, Domingo, 22 de Agosto de 2021. <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/viagem-de-bolsonaro-a-taiwan-teria-irritado-regime-comunista-chines-b2iw9l35kd3ee8xg435xu2sup/> (acessado em 22/09/2021)
- GENRO, Luciana: Hora de defender a Lava-Jato. Zero Hora Opinião, 24/01/2017; Sobre defender (ou não) a Lava Jato. Sábado, 22 de abril de 2017. <https://gauchazh.clicrbs.com.br/opiniao/noticia/2017/01/luciana-genro-hora-de-defender-a-lava-jato-9540514.html>; Justificando.

- <http://www.justificando.com/2017/04/22/sobre-defender-ou-nao-lava-jato/>. (acessado em 22/09/2021)
- GONÇALVES, Reinaldo. Nacional-desenvolvimentismo às Avessas. <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area4/area4-artigo19.pdf>. (acessado em 22/09/2021)
- HENDLER, Bruno. Crise de hegemonia e rivalidade EUA-China. MUSSE, Ricardo. *China contemporânea*. Seis interpretações. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- IG Mail, Último Segundo, <https://ultimosegundo.ig.com.br/mundo/2019-09-25/bolsonaro-diz-i-love-you-pra-trump-mas-nao-recebe-te-amo-de-volta.html> (acessado em 22/09/2021)
- JABBOUR & DANTAS, *Apontamentos sobre a geopolítica da China*. MUSSE, Ricardo. *China contemporânea*. Seis interpretações. Belo Horizonte: Autêntica, 2021.
- MAESTRI, Mário. “A China, Hong Kong e a esquerda de que a direita gosta”. Duplo Expresso, 10.10.2018. <https://duploexpresso.com/?p=108097> (acessado em 22/09/2021)
- MAESTRI, Mário. *Revolução e contra-revolução no Brasil: 1530-2019*. 2 ed. Porto Alegre: FCM Editora, 2020. <https://clubedeautores.com.br/livro/revolucao-e-contra-revolucao-no-brasil> (acessado em 22/09/2021)
- MAESTRI, Mário. Por que Jones Manoel não ama mais Losurdo?, *Contrapoder*, 4 de junho de 2021. <https://contrapoder.net/colunas/por-que-jones-manoel-nao-ama-mais-losurdo/> (acessado em 22/09/2021)
- MAESTRI, M. O Brasil no Confronto USA-China. *Contraponto*, 22/08/2020. <https://contrapoder.net/colunas/o-brasil-no-confronto-usa-china/> (acessado em 22/09/2021)
- MAESTRI, M. *Domenico Losurdo: um farsante na terra dos Papagaios*. 2 Ed. Porto Alegre: FCM Ed, 2020. <https://clubedeautores.com.br/livro/domenico-losurdo-um-farsante-na-terra-dos-papagaios> (acessado em 22/09/2021)
- MAESTRI, Mário. 3. O Despertar do Dragão: o nascimento do imperialismo chinês. O confronto imperialista USA-China (2002-2021). *Revista Espaço Acadêmico*. V.21, n. 230, Set./out. 2021. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/1886> (acessado em 22/09/2021)
- MAESTRI, Mário. 1822-2022 – A Submissão e Manipulação do Mundo do Trabalho. *Contrapoder*, 22/09/2021. <https://contrapoder.net/colunas/1822-2022-a-submissao-e-manipulacao-do-mundo-do-trabalho> (acessado em 22/09/2021)
- LIMA, Haroldo. *Itinerário de lutas do Partido Comunista do Brasil (PCdoB) de 1922 a 1984*. 3. ed. Salvador: Editora Maria Quitéria, 1984.
- PEREIRA, Merval. *O deus Trump*. 15/11/2018. *O globo*, n. 31146, 15/11/2018. Artigos, p. 2.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Em defesa dos trabalhadores e do povo brasileiro: documentos do PC do Brasil – de 1960 a 2000. São Paulo: Anita Garibaldi, 2000.

Artigos precedentes:

MAESTRI, Mário. 1. O Despertar do Dragão: o nascimento do imperialismo chinês. (1949-1978). Cadernos do GPOSSHE On-line. _v. 4 n. Unico (2021): Fluxo Contínuo , <https://revistas.uece.br/index.php/CadernosdoGPOSSHE/article/view/5485>

MAESTRI, Mário. 2. O Despertar do Dragão: o nascimento do imperialismo chinês. A Via Chinesa da Restauração Capitalista. (1949-2002). ESTUDIOS HISTÓRICOS – CDHRPyB - Año XIII – Julio, 2021 - No 25 – ISSN: 1688-5317. Uruguay.. <https://estudioshistoricos.org/25/eh2501.pdf>

MAESTRI, Mário. 3. O Despertar do Dragão: o nascimento do imperialismo chinês. O confronto imperialista USA-China (2002-2021). Revista Espaço Acadêmico. V.21, n. 230, Set./out. 2021. <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/issue/view/1886>